

Vila Boa Esperança e a luta pelo direito à moradia

GAJUP – Grupo de Assessoria Justiça Popular: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – UFRGS

Em abril de 2017, o Grupo de Assessoria Justiça Popular, integrante do SAJU/UFRGS (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária), que presta assessoria jurídica popular a comunidades em situação de vulnerabilidade em Porto Alegre, foi procurado por lideranças da Vila Boa Esperança

devido ao ajuizamento de uma ação de reintegração de posse pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul contra a comunidade. Segundo informações da Universidade, aquela seria uma área de sua propriedade, “invadida” pelas moradoras e moradores da vila.

Ocorre que a vila Boa Esperança tem mais de 60 anos. Composta por cerca de 97 famílias, a comunidade surgiu da vinda de trabalhadoras e trabalhadores de uma mina de saibreira, próxima ao campus da Agronomia da UFRGS. As famílias acabaram, então, construindo pequenas moradas junto ao seu local de trabalho. Com o passar dos anos, as famílias foram instalando-se no terreno e fixando moradia, e a comunidade ampliou-se até à forma atual.



Por meio de parceria com outros projetos de extensão da Universidade, como o EMAV - Escritório Modelo Albano Volkmer, e o GAP/SAJU - Grupo de Assessoria Popular, coletivos defensores do direito à terra e à moradia, como o Coletivo Ambiente Crítico, e a participação contínua da comunidade, foram realizadas diversas ações no intuito de barrar o processo de reintegração de posse e pressionar a UFRGS de modo que a instituição reconhecesse o direito à moradia da comunidade. Entre os exemplos destas atividades, destaca-se a produção de um vídeo de apoio à Boa Esperança; a manifestação em defesa da comunidade durante o evento Portas Abertas da UFRGS; e uma audiência realizada com a presença das moradoras e moradores, movimentos sociais de luta pela moradia, deputadas e deputados defensores dos direitos humanos e o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa.

Também, foram realizadas atividades em conjunto com a Associação de Moradores da

Vila Boa Esperança objetivando o desenvolvimento da união e da autonomia da comunidade, como a realização de oficinas de lazer, capoeira e serigrafia, além de formações sobre a definição e características do processo de reintegração de posse. Ademais, foi realizada uma formação sobre o significado da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, instrumento postulado pela Defensoria Pública da União no processo judicial de reintegração de posse, para garantir a permanência das moradoras e moradores na área onde atualmente vivem.

Na situação atual, devido à organização da Vila Boa Esperança, o processo de reintegração de posse encontra-se suspenso pela instauração de uma Ação Civil Pública, que visa averiguar o real direito das moradoras e moradores da comunidade de continuar a viver na área, ocupada por mais de 60 anos. As atividades conjuntas entre o GAJUP e a Vila Boa Esperança continuaram a ser realizadas em 2018.

